

**INTERVENÇÃO DO DEPUTADO DO PS-A JOSÉ SAN-BENTO  
NA DISCUSSÃO DO PROGRAMA DO XI GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES**

*“assumimos com orgulho e humildade a enorme responsabilidade que os açorianos nos confiaram mais uma vez”*

**Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região  
Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores  
Senhoras Deputadas e Senhores Deputados  
Senhoras e Senhores Membros do Governo**

Senhora Presidente, permitam-me, na primeira vez que subo a esta tribuna na X Legislatura, que a felicite pela sua recente eleição.

É caso para afirmar que afinal sempre surgiu uma senhora num lugar cimeiro dos destinos da nossa Autonomia.

A consagração eleitoral do projeto político configurado pelo PS suscitou fortes expectativas que despertaram a confiança e a esperança em amplos sectores da população açoriana.

Este sentimento foi manifestamente reforçado pelo facto do Governo apresentar aos deputados, aqui neste Parlamento, o mesmo documento que os açorianos tomaram conhecimento ao longo do período de campanha eleitoral.

O PS saúda o facto de Vasco Cordeiro, investido nas responsabilidades de Presidente do Governo, não ter renegado em nada os compromissos que assumiu, enquanto candidato do PS, ao longo do período de esclarecimento eleitoral.

Esta postura merece reconhecimento, até porque é diametralmente oposta à do Governo de Passos Coelho. É uma atitude de lealdade e de coerência para com os eleitores que gera confiança e otimismo.

É um bom sinal, demonstra que pode mudar o nosso lugar e pode ser alterada a nossa posição sem que mudem as convicções ou se alterem os princípios orientadores da ação política.

A apresentação do Programa do Governo é o primeiro momento em que se revela adequado confrontar os propósitos do novo executivo com as expectativas geradas na sociedade açoriana. O Governo supera com mérito esta avaliação! O Governo respeita e preserva o contrato eleitoral estabelecido no passado dia 14 de Outubro.

Outra reconfortante ilação que é possível extrair da leitura do documento em análise, é a de que o Governo não aderiu à tese do bom aluno da austeridade nem se deixou seduzir, como outros deixaram, por uma deriva populista e demagógica que só contribui para dar uma ideia errada dos políticos e para o desprestígio da vida pública.

Uma perspetiva geopolítica dos interesses estratégicos dos Açores pode ser condensada em três imperativos.

1. Manter a estabilidade e aprofundar a coesão regionais no quadro da Autonomia constitucional
2. Aproveitar e influenciar o processo de construção europeia no âmbito do estatuto de Região Ultra Periférica da União Europeia;
3. E manter uma relação privilegiada com a potência que domina a área do Atlântico.

O cumprimento do primeiro imperativo já mereceu um amplo e profundo debate neste parlamento ao longo dos últimos dias.

A consideração do segundo imperativo apela a uma análise da área dos Assuntos Europeus e da Cooperação Externa.

A prossecução do terceiro imperativo implica, na perspetiva que queremos destacar, uma abordagem sobre a política direcionada para as nossas comunidades emigradas e ao Acordo de Cooperação e Defesa das Lajes.

O GPPS regista que as prioridades do novo Governo no domínio das Relações Externas são claras e ambiciosas. O Governo propõe continuidade ao muito que foi feito de positivo mas inova em domínios cuja experiência recomenta criatividade e mudança.

O GPPS regista que o programa de Governo procura explorar o novo e ampliado quadro de participação da Região em matéria de Cooperação

Externa decorrente da última revisão do nosso Estatuto Político Administrativo.

O Governo procura acertadamente, visando defender os nossos interesses, reforçar os meios de cooperação quer no âmbito de organismos multilaterais, com entidades territoriais congêneres de países terceiros, quer no quadro da cooperação bilateral.

Aqui destacamos a inovação que o governo confere ao aprofundamento de relações bilaterais através de uma componente de relacionamento empresarial e de captação de investimento externo.

O Programa de Governo também assinala como preocupação o relacionamento da Região com a União Europeia. Esta é uma área fundamental de ação política dos Açores, e embora seja enquadrada no âmbito do Estado português, pressupõe o reconhecimento do direito a um tratamento diferenciado da Região no âmbito das políticas comunitárias.

Neste âmbito, destacamos as negociações sobre o futuro quadro financeiro plurianual 2014-2020. Esta negociação será fechada nos próximos dias. Em 2013 serão estruturadas as várias políticas sectoriais e os programas operacionais e em 2014 prevê-se o início da sua execução. Este é um dossiê que o Governo assume, e bem, seguir com grande atenção e proximidade.

O XI Governo dos Açores terá de prosseguir uma ação de participação e influência nos debates em curso, envolvendo o Governo da República, instituições europeias e parcerias com outras regiões e organismos de cooperação regional, em especial no âmbito das RUP's, por forma a garantir políticas comunitárias de coesão, de desenvolvimento sustentável e de competitividade melhor adaptadas às nossas realidades geográfica, social e económica.

O PS vê com satisfação a aposta que o Governo fará no acompanhamento permanente da atividade política e legislativa da UE com destaque para a participação da Região nos processos de consulta, de elaboração e concretização de documentos políticos e legislativos da União. Merece também destaque a intenção do Governo em aprofundar a divulgação das temáticas referentes aos Açores e às RUP's no âmbito das instâncias comunitárias e também a intenção de divulgar na Região as questões referentes aos assuntos europeus.

Outro domínio onde o Programa de Governo é ambicioso é na política relacionada com as Comunidades açorianas.

O trabalho desenvolvido pelos Governos do PS nesta área é extremamente positivo. A prioridade mantém-se pois é necessário aprofundar o bom desempenho do passado.

O GPPS destaca o compromisso do Governo de aprofundar o diálogo e de procurar uma maior aproximação entre a Região e as nossas Comunidades.

O Governo manterá a prioridade em apoiar as associações da diáspora, em preservar a identidade cultural das nossas Comunidades, em reforçar os diversos intercâmbios e estará atento em explorar novas oportunidades de projetar os interesses da Região nos planos político, económico, cultural e institucional nesses locais decorrentes do desenvolvimento e da integração nos países de acolhimento das nossas Comunidades.

É por isso com grande satisfação que o GPPS regista a continuação da aposta em instrumentos de cooperação e divulgação dos Açores nos estados, províncias e regiões em que as nossas comunidades emigradas possam constituir elos de ligação com as sociedades locais e com os poderes político e económico dessas mesmas regiões.

Esta abordagem exige um esforço permanente de organização e de parceria em que, como é absolutamente óbvio, se destaca o papel fundamental e insubstituível da rede de Casas dos Açores espalhadas pelo Mundo. Uma aposta que reforçará o papel central que as Casas dos Açores têm assumido de preservação e divulgação da identidade cultural açoriana, de defesa da Língua Portuguesa – uma responsabilidade que devia competir ao governo da República - e como centros promotores da representação de interesses de promoção externa da Região.

Gostaríamos ainda de abordar os compromissos referentes ao Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os EUA que consta no Programa do Governo.

Todos reconhecem a importância deste acordo para os Açores, para a República e para os Estados Unidos. É através do Acordo das Lajes e do relevo das nossas Comunidades nos Estados Unidos que Portugal ascende

internacionalmente a um estatuto largamente ampliado face ao seu peso natural no concerto das Nações.

O Acordo das Lajes deve ser interpretado como um instrumento de cooperação. Deve ser valorizado e deve merecer uma atenção especial do Governo da República no sentido de garantir benefícios substantivos e contabilizáveis para os Açores.

O GPPS partilha em absoluto da preocupação do Governo Regional face à intenção das autoridades norte-americanas de reduzir a presença militar na Base das Lajes.

O Governo poderá contar com o total apoio do GPPS em todas as medidas que entender tomar na defesa dos interesses da Região, na garantia de postos de trabalho na Base das Lajes, no respeito dos direitos dos trabalhadores e na atenuação do impacto da diminuição do investimento na aquisição de bens e serviços junto da economia da ilha Terceira.

A infraestrutura militar das Lajes está subaproveitada. Compete ao Estado português, com o envolvimento da Região, assumir uma posição de envolvimento e de abertura que possibilite a aquisição de novas valências que valorizem e reforcem o papel da Base das Lajes. Esta é uma responsabilidade em que o Governo da República não pode vacilar.

**Senhora Presidente da Assembleia**  
**Senhoras e Senhores Deputados**  
**Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo**

Programar a governação para o próximo quadriénio nos tempos que correm é uma tarefa no mínimo exigente.

Um Mundo em convulsão, uma Europa em profunda crise de identidade e um País com um governo que falhou e que não consegue enfrentar as dificuldades, definem a mais difícil envolvente externa que um governo regional alguma vez enfrentou.

Porém, o PS já provou, e por diversas vezes, que rejeita o conformismo e a auto contemplação da obra feita e está sempre à altura dos novos desafios.



Os socialistas dos Açores não negam as dificuldades, não escondem a realidade mas não temem o futuro.

Os tempos são difíceis, sabemos bem, mas nós assumimos com orgulho e humildade a enorme responsabilidade que os açorianos nos confiaram mais uma vez.

Nós não cultivamos ilusões e por isso não ignoramos que difíceis obstáculos e sérias dificuldades se interporão entre a vontade do Governo e a solução dos problemas.

Sabemos bem que não serão de feição as circunstâncias em que decorrerá a governação nos próximos quatro anos. As políticas a implementar não suscitarão sempre aplausos mas estamos convictos do mérito e da pertinência das prioridades estabelecidas neste Programa de Governo.

Por isso, estamos certos de que, mesmo perante a adversidade, o Governo saberá encontrar o suplemento de determinação e firmeza que garantirá o cumprimento do essencial da sua programação para o próximo quadriénio.

Antes de terminar, gostaria de enaltecer as virtudes do debate livre e democrático que é uma tradição deste Parlamento e da nossa Região Autónoma.

Devemos todos adquirir a consciência que para os verdadeiros autonomistas já é só nos Açores que se constrói e defende a Autonomia consagrada na Constituição da República.

Temos uma enorme responsabilidade!

Saibamos todos engrandecer o património político desta Casa ao travar com elevação e grandeza os debates e os confrontos de ideias que iluminarão o futuro da nossa Autonomia.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, Quarta-feira, 22 de Novembro de 2012.  
PELO GPPS-A

O DEPUTADO  
JOSÉ CARLOS SAN-BENTO